

## ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO .....	5
----------------------------	---

### A LIBERDADE DE GESTÃO FISCAL DAS EMPRESAS

*José Casalta Nabais*

I. As empresas e a tributação .....	9
1. O carácter <i>sui generis</i> das empresas face aos impostos .....	9
2. Um conceito amplo de empresa .....	14
3. O papel das empresas em matéria de impostos .....	19
II. O princípio da liberdade de gestão fiscal .....	26
1. A liberdade de gestão fiscal .....	26
2. O princípio da neutralidade fiscal .....	30
3. Os limites à liberdade de gestão fiscal .....	40
4. O dualismo fiscal empresas individuais/empresas societárias .....	49
III. Por uma tributação mais simples e coerente das empresas .....	52
1. A diferenciação entre PME e grandes empresas .....	53
2. A insuficiente consideração fiscal das PME .....	59
3. A consideração unitária do fenómeno financeiro das empresas .....	62

### JUSTO VALOR

#### UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E MULTIDISCIPLINAR

*Ana Maria Gomes Rodrigues*

1. Introdução .....	71
2. Justo valor – um conceito teórico ou uma base de mensuração? .....	72
3. As bases de mensuração admitidas no contexto do SNC .....	82

4. O justo valor numa perspectiva contabilística .....	85
4.1. Nos instrumentos financeiros .....	87
4.2. Nas contas a receber .....	90
4.3. Nos inventários e activos biológicos .....	90
4.4. Nos investimentos .....	91
4.4.1. Nos investimentos financeiros .....	92
4.4.2. Nas propriedades de investimento .....	93
4.4.3. Nos activos fixos tangíveis .....	95
4.4.4. Nos activos intangíveis .....	98
4.4.5. Nos activos não correntes detidos para venda .....	101
5. O justo valor numa perspectiva fiscal .....	101
6. O justo valor numa perspectiva societária .....	113
7. Conclusões .....	127
Bibliografia .....	131

**DIFICULDADES DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESA  
NO CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO  
DE EMPRESA**

*Fátima Reis Silva*

A escolha do Administrador da Insolvência .....	143
O Administrador Provisório .....	146
Assembleia de apreciação do relatório .....	156
Plano de insolvência .....	162
Administração pelo devedor .....	167

**O PROCESSO ESPECIAL DE DESTITUIÇÃO  
E SUSPENSÃO DOS GERENTES  
PROBLEMAS SUSCITADOS PELO N.º 2 DO ARTIGO 1484º-B CPC**

*Solange Fernanda Moreira Jesus*

Introdução – Justificação do Tema e sua Delimitação .....	173
1. O Contencioso Societário antes da Reforma do Código de Processo Civil de 1995/96: Breve Resenha .....	174

2. A Reforma do Código de Processo Civil de 1995/96 e a sua Influência no Contencioso Societário .....	178
2.1. “Linha de desburocratização e modernização”: o Princípio da Adequação Formal .....	180
3. O Artigo 1484º-B do Código de Processo Civil: os Problemas Emergentes da Falta de Concretização Legal .....	183
3.1. A Natureza Cautelar do Pedido de Suspensão .....	187
3.2. A Dispensa de Citação Prévia e o Princípio do Contraditório .....	192
3.3. A Constitucionalidade do artigo 1484.º-B do Código de Processo Civil .....	198
3.4. Erro na Forma de Processo e suas Consequências Práticas .....	200
4. O novo artigo 1484.º-B do Código de Processo Civil: solução ou problema? – Conclusões .....	202

## A SUBSTITUIÇÃO DE ADMINISTRADORES

*Maria João Dias*

1. Introdução – Objecto do trabalho .....	211
2. Pressupostos: a falta definitiva e a substituição temporária do administrador .....	213
2.1. Causas mediatas da substituição definitiva (ou causas de extinção da relação de administração) .....	214
2.2. Causa mediata da substituição temporária (ou a suspensão de administrador) .....	220
3. Procedimentos de substituição .....	221
3.1. Chamada de suplentes .....	223
3.2. Cooptação .....	225
3.3. Designação pelo conselho fiscal ou comissão de auditoria .....	228
3.4. Eleição de novo administrador .....	231
4. Ratificação .....	232
5. Duração da substituição .....	234
6. Administrador designado ao abrigo de regras especiais .....	234
7. Algumas dificuldades .....	236
7.1. Outras regras de substituição (legais ou estatutárias) .....	236
7.2. Remuneração .....	241
7.3. Prestação de caução .....	242

---

7.4. Substituição de administrador presidente do conselho de administração .....	244
7.5. Substituição de administrador-delegado ou membro da comissão executiva .....	246
7.6. Substituição de administrador nomeado por pessoa colectiva .....	247
8. A substituição temporária .....	257
8.1. O (não) registo da substituição temporária .....	259
9. Conclusões .....	261
Bibliografia consultada .....	265

